

ALFABETIZAÇÃO NO ALENTEJO NA TRANSIÇÃO DO SÉCULO XIX PARA O SÉCULO XX

FERNANDO LUÍS GAMEIRO*

1. À partida os problemas

A finalidade de base desta comunicação é identificar as características e interpretar os comportamentos subjacentes à instrução primária no Alentejo na transição do século XIX para o século XX. Para atingir o fim enunciado, procurou-se perceber os contextos que enquadraram os comportamentos sociais perante as aprendizagens e o ensino.

O problema fundamental a abordar refere-se à organização do ensino primário e às dificuldades regionais de implementação de uma rede escolar adequada às necessidades da região.

Tendo por base as estimativas expressas nas taxas de analfabetismo, mostra-se como evoluiu o processo de alfabetização no Alentejo na segunda metade do século XIX. O comportamento das taxas de analfabetismo acompanhou, à distância, o desenvolvimento do processo de alfabetização do país na segunda metade do século XIX, embora com um comportamento diferenciado. ⁽¹⁾

No que respeita à rede escolar de ensino primário e à sua adequação às características da região do Alentejo as questões que se levantam dizem respeito à aplicação das reformas legislativas na segunda metade dos século XIX. Por

* Director do Centro de Formação Contínua de Professores "A.M.M.V.N."
(Arraiolos, Monetemor-o-Novo, Mora e Vendas Novas)

outro lado, decorrendo da aplicação das leis de reforma da instrução pública entre 1878 verifica-se que em parte significativa o insucesso resulta da dificuldade em articular as competências dos vários órgãos envolvidos no quadro das características globais da região quanto às distâncias, vias de comunicação e tipo de povoamento. ⁽²⁾

2. As variações regionais nos níveis de alfabetização

A educação, combinada com factores económicos, é um elemento importante na evolução e nos padrões de crescimento. ⁽³⁾

No caso português a discussão deste pressuposto mantém as dúvidas sobre a existência de umnexo causal entre alfabetização e desenvolvimento. Admite-se que apenas a carência de formação técnica era relevante para o fracasso do desenvolvimento económico português. ⁽⁴⁾

As relações entre investimento no ensino e subida do nível de alfabetização têm-se complexificado com a adopção da chamada perspectiva comparada. Os países escandinavos, a Escócia e a Suíça, alfabetizaram-se integralmente antes do século XIX. Na Escandinávia, a rede escolar de ensino público só se formou em finais do século. Mas em Portugal o princípio de um sistema de ensino público elementar existia desde a segunda metade do século XVIII e era gratuito desde 1835. Daqui emerge a tese de que, durante o século XIX, a instrução pública garantida nas leis e pressupondo a noção tradicional de Escola, - instalações adequadas onde um professor ensina os alunos - funcionou como um obstáculo ao desenvolvimento de um tipo de alfabetização, menos formal, ligado às necessidades e interesses das populações. ⁽⁵⁾

3. Escolarização e alfabetização no Alentejo: alguns indicadores em perspectiva comparada.

Tendo por base a distribuição ocupacional da população activa, aceite como um indicador da diversificação por sectores das actividades económicas, entre 1800 e 1950, a segunda metade do século XIX foi o período em que a economia do Alentejo mostrou uma maior diferenciação. ⁽⁶⁾

Em 1864, estima-se em cerca 88% a percentagem de analfabetos, embora o primeiro recenseamento geral da população, que efectua um levantamento dos indivíduos alfabetizados seja de 1878.⁽⁷⁾

Embora com reservas imputáveis à qualidade das estatísticas da época estima-se uma evolução da taxa de analfabetismo de 82,4% em 1878, 79,2% em 1890, para descer ligeiramente em 1900, apresentando um valor de 78,6%.⁽⁸⁾

A Espanha passava de uma taxa de analfabetismo de 76% em 1860 para apenas 60% em 1900 (tabela 1). Um crescimento rápido que ofusca o esforço de alfabetização português. O nível atingido em 1910 era aproximadamente o da Espanha entre 1850 e 1860 e o da Itália entre 1860 e 1870, ou seja um atraso de cerca de meio século.⁽⁹⁾

Tabela 1

TAXA DE ANALFABETISMO EM REGIÕES
LATIFUNDIÁRIAS DO SUL DA EUROPA 1850-1910

ANOS	REGIÃO LATIFUNDIÁRIA		PAÍSES DO SUL DA EUROPA		
	ALENTEJO	ANDALUZIA	PORTUGAL	ESPAHA	ITÁLIA
1850				75%*	75-80%*
1860		73%		76%	
1864			88%		
1870					73%**
1877		67,5%		72%	
1878	83,6%		82%		
1880					68%**
1887		65%			
1890	82,1%		79%	68%	
1900	80,7%	57%	78%	60%**	56%
1910	78,6%	54%	75%	53%	46%

Fontes: Espanha, Itália e Portugal Jaime Reis, 1993b, 231 Alentejo: Rui Ramos, 1988, 1115-1116, Andaluza Clara-Eugénia Náfiz, 1993, 92. Para estes dois casos calculou-se a média das taxas de alfabetização feminina e masculina. * Refere-se apenas ao analfabetismo adulto ** Extrapolação a partir de dados sobre o analfabetismo dos adultos

A comparação de taxas de alfabetização entre países encontra grandes dificuldades. Para além dos problemas causados pela deficiente qualidade das estatísticas sobre educação na maior parte da Europa do século XIX, é de salientar que era muitas vezes por auto atribuição que os indivíduos eram classificados para esse efeito nos recenseamentos da população. O próprio nível de conhecimentos ligado ao ser "alfabetizado" também variava, já que a duração média da escolarização primária não era a mesma em todos os países.⁽¹⁰⁾

Tomando os dados da tabela 1 como estimativas ressalta o desfasamento de Portugal em relação à Espanha e Itália e a constatação de não iniciámos, ainda no século XIX, a transição para a alfabetização. Comparando duas das principais regiões latifundiárias na Península Ibérica, o Alentejo e a Andaluzia Ocidental verifica-se que, quer os níveis de partida na década de 70, quer os de chegada no início do século XX, revelam situações distintas em regiões de características fundiárias semelhantes.

A consciência desta situação no Alentejo era divulgada pelos meios de formação da opinião pública. Um importante jornal local associando a alfabetização à quantidade de edifícios escolares, comparava o número de escolas em Portugal com o número de escolas na generalidade dos países europeus: "(...) Por cada mil habitantes há na Alemanha e na Suíça 157 alunos; na Suécia 146; na Noruega 135; na Holanda 134; na França 133; na Bélgica 126; na Inglaterra e na Dinamarca 123; na Austria-Hungria 109; em Espanha 106; na Roménia Oriental 74; na Itália 73 (...) em Portugal 46(...)".⁽¹¹⁾

Tabela 2

ESCOLARIZAÇÃO NO ALENTEJO NO ANO LECTIVO DE 1863-64

DISTRITOS	TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO(%)	PERCENTAGEM DE POPULAÇÃO NÃO ESCOLARIZADA (%)
PORTALEGRE	11,2	88,8
ÉVORA	15	85
BEJA	9,1	90,9

Fonte: Estatística da Instrução Primária de 1863 a 1864 - Plano das Tabelas Distritais. Lisboa, s/e, s/d,37.

Esta noção de que o esforço de difusão do ensino elementar e os seus resultados passavam pelo número de escolas estava perfeitamente enraizada na Região, já que os índices de escolarização eram particularmente baixos (tabela 2). O mesmo jornal garantia que a "*instrução primária tem progredido alguma coisa nesta cidade*", já que todas as freguesias possuíam escolas do sexo feminino e em breve se esperava completar o "*quadro das escolas do sexo masculino*".⁽¹²⁾

O advento da República amplificou a ideia de instrução popular difundida durante o século XIX. O ensino elementar, a alfabetização e a instrução pública eram três vertentes de um mesmo processo que centrava na escola o local por excelência do processo de ensino/aprendizagem.⁽¹³⁾

4. O caso da rede escolar impossível, ou o paradigma do analfabetismo no Alentejo.

A expansão da rede escolar em Portugal, na segunda metade do século XIX, produziu um crescimento significativo no número de escolas devido, segundo alguns autores, ao facto da Regeneração ter criado condições sociopolíticas que permitiram a difusão da rede de ensino público. Entre 1862 e 1900 o número de escolas primárias públicas triplica. Neste crescimento insere-se, também, o aumento do número de escolas femininas : 153 em 1862, para 1345 em 1900. A nível masculino, e em igual período, de 1429 para 2825 escolas.⁽¹⁴⁾

A este esforço na difusão institucional do ensino deveria corresponder uma importante repercussão nas taxas de alfabetização. Porém, ao esforço do Estado na criação de escolas, não correspondeu, como se verá, uma tão espectacular evolução nos índices de alfabetização

Em perspectiva comparada a alfabetização na Europa foi feita à revelia da escola como lugar de aprendizagem dos saberes fundamentais. O contrário aconteceu em Portugal. Na Europa o domínio das letras desenvolveu-se, em contextos menos formais, com resultados brilhantes comprovados em países como a Suécia ou a Finlândia.⁽¹⁵⁾

Ao olhar as taxas de alfabetização em termos regionais, na segunda metade do século, pode parecer-se a alfabetização for vista na perspectiva da Escola - que o Alentejo foi menos beneficiado na composição da rede escolar. Nem sempre foi assim. Os números parecem fazer crer que, apesar de existirem períodos de desequilíbrio relativamente à rede escolar nacional, outros houve em que a Região Histórica do Alentejo apresentou alguma superioridade em relação à média de constituição de escolas no país. Esta tendência é particularmente detectável entre 1840 e 1860 (tabela 3).

Tabela 3

NÚMERO DE ESCOLAS PÚBLICAS DE ENSINO ELEMENTAR POR 10 000 HABITANTES

Distritos alentejanos 1843 - 1899

DISTRITOS	1843	1864	1873	1884	1888	1899
PORTALEGRE	4,6	5,9	6,5	9	8,5	8,7
ÉVORA	3,4	4,6	5	6,3	6,2	7,2
BEJA	4,1	4,5	5,2	7,9	7,1	7,5
MÉDIA ALENTEJO	4,0	5,0	5,6	7,7	7,3	7,8
MÉDIA NACIONAL	3,5	4,6	5,6	8,1	7,9	8,6

Fonte: Rui Ramos, 1988, 1123. Escolas, para 1843, Relatórios do CSIP, p.18; para 1864, Diário do Governo, ano de 1866, nº 110 e seg. Para 1873, Anuário Estatístico, ano de 1877; para 1884, Anuário, ano de 1886, Estatísticas do Ensino, ano de 1888

Os dados são, com as reservas feitas às estatísticas da época, significativos. Um nível de partida superior, por parte dos três distritos alentejanos, que progressivamente se vai atenuando até à inversão da situação, no final do século, em relação à média nacional.

Observando a evolução das taxas de alfabetização em Beja, Évora e Portalegre, entre 1878 e 1911 (tabela 3), verifica-se que o crescimento existente não foi suficiente para atenuar o fosso entre o Alentejo e o País. A diferença entre a média nacional e a média dos três distritos alentejanos entre 1878 e 1911 acentuou-se: de 4,9 em 1878 para 7,5 em 1911.

Tabela 4

NÍVEIS DE ALFABETIZAÇÃO NO ALENTEJO 1878-1911

DISTRITOS	1878	1890	1900	1911
PORTALEGRE	15,7	18,3	20,0	21,5
ÉVORA	18,4	19,6	20,7	23,7
BEJA	15,0	15,8	17,4	19,2
MÉDIA ALENTEJO	16,37	17,87	19,33	21,45
MÉDIA NACIONAL	21,25	22,39	25,97	29,03

Fonte: Rui Ramos, 1988, 1115-1116. Recenseamentos Gerais da população para os anos indicados. Nota: Em 1878, a taxa de alfabetização é calculada sobre a população maior de 6 anos. Optou-se pelo cálculo da média entre as taxas de alfabetização feminina e masculina, por forma a obter um valor global do nível de alfabetização.

Importa pois estudar o tipo de evolução da rede e a utilização que lhe foi dada por forma a equacionar as razões do desfasamento entre número de escolas e níveis de alfabetização.

O número de freguesias sem escola - considerando a média dos três distritos alentejanos - passou de 45,5% em 1863 para 35% em 1889. Considerando o país e excluindo o Alentejo, para igual período, os valores são de 48,6% para 1863 passando para 28% em 1889. Confirma-se com este indicador por um lado, o nível de partida mais favorável nos distritos alentejanos e, por outro, o ponto de chegada que afasta o Alentejo do resto do país.

5. Os agentes de ensino

5.1. Os protagonistas da missão quase impossível.

A evolução da profissão docente na transição do século XVIII para o XIX, permite verificar a existência de uma melhoria significativa da condição do professor de ensino primário. Tais progressos, respeitaram ao desenvolvimento

A evolução da profissão docente na transição do século XVIII para o XIX, permite verificar a existência de uma melhoria significativa da condição do professor de ensino primário. Tais progressos, respeitaram ao desenvolvimento de conhecimentos e saberes específicos e à melhoria do estatuto profissional do corpo docente do ensino primário. ⁽¹⁶⁾

Começando pelos aspectos quantitativos, é visível o crescimento do número de docentes na Região Histórica do Alentejo. Os 534 professores a exercerem no ano lectivo de 1918-1919 estavam longe dos 162 existentes entre 1863-1864. No entanto esta situação não acompanhou a evolução do país. No final da primeira Guerra Mundial os professores de ensino público na Região representavam 6,7 % do total nacional de docentes. ⁽¹⁷⁾

Em 1863-1864 um total regional de 162 professores representava 9,6% do total dos que leccionavam em escolas públicas. ⁽¹⁸⁾

As dificuldades que se manifestam na contratação de professores ao longo da década de oitenta articulam-se em torno de dois pólos de interesse. Por um lado os organismos envolvidos, Junta de Paróquia, Junta Escolar, Câmara Municipal. Por outro um conjunto heterogéneo de detentores, em graus diferentes, do domínio da leitura e da escrita, que progressivamente se organizavam e institucionalizavam como grupo de pressão junto dos organismos de quem dependiam.

5.2. O dilema da escolha. Entre a pena e a enxada.

No ano lectivo de 1854-1855 o Conselho Superior de Instrução Pública lamentava ainda que as escolas rurais fossem pouco frequentadas por meninas e também por rapazes abaixo dos 8-9 anos. Apontava-se novamente o facto de que, nos meios rurais, às populações *"custa-lhes desprender os filhos dos serviços domésticos e dos campos, para os mandar à escola. O conselho não quer desculpar tais defeitos(...) pelo contrário sente muitíssimo que existam; mas refere-se a eles para atenuar, se é possível, as impressões desfavoráveis, quando se comparar a concorrência com a dos outros países. Tais estorvos não se podem remor directamente; é preciso esperar que a civilização e instrução mesma, pouco a pouco, os removam a poder de tempo e com a força da razão que se vá desenvolvendo nos pais de família"*. ⁽¹⁹⁾

As causas da reduzida assiduidade estavam bem identificadas pelo Conselho Superior de Instrução Pública. Mesmo com bons professores os

Reconhecia-se porém a necessidade de tornar obrigatório o ensino primário, para o que era necessária nova legislação. ⁽²⁰⁾

De forma destacada surgia o problema do diminuto número de escolas para o sexo feminino, mostrando-se com cumprimento deficiente o disposto no artº 44 do decreto de 20 de Setembro de 1844, já que autorizava a instalação de escolas em extintos conventos, hipótese que não se havia concretizado. ⁽²¹⁾

O problema da assiduidade nas escolas rurais era uma questão preocupante na óptica dos relatores: "*que importa que se disseminem as escolas pelas povoações rurais se for nula ou quase nula a sua frequência?*". a lei de 20 de Setembro de 1844 procurava atenuar este mal através de prémios e castigos. "*mas os meios coercivos ainda não têm sido empregados e pensa o Conselho que serão eles os menos próprios para se conseguir o fim que se deseja*". ⁽²²⁾

Os meios apontados, como capazes de solucionar parte do problema, passavam pela exigência "*das devidas habilitações nas operações de recrutamento e nos empregos públicos*". ⁽²³⁾

A obrigatoriedade do ensino reclamada ao longo das décadas de cinquenta e sessenta, chegaria na década seguinte. Depois da iniciativa efémera de D. António da Costa em 1870, só as leis de 2 de Maio de 1878 e 11 de Junho de 1880 vieram consagrar esta aspiração, embora com importantes excepções. ⁽²⁴⁾

A permissividade da lei quanto à obrigatoriedade do ensino primário leva ao envolvimento dos alunos em geral nas tarefas do campo. ⁽²⁵⁾

O movimento sazonal da frequência escolar assume contornos curiosos. As alunas mostram uma frequência mais irregular do que os seus colegas do sexo masculino. Atingem o máximo da frequência nos meses de Fevereiro e Julho e os mínimos em Maio - Junho e em Novembro. Se este último mês coincide com a azáfama da apanha da azeitona, onde nas freguesias rurais se empregariam algumas raparigas, para os dois primeiros a explicação pode não ser tão linear. As raparigas entre os seis e os dez anos ocupavam-se predominantemente em tarefas domésticas, ficando aos rapazes da mesma idade a "*ida ao mato, ao feixe de lenha, para consumo da casa*". ⁽²⁶⁾

O emprego nas mondas, entre Abril e Maio, é comprovado pela sua influência sobre a frequência escolar, o mesmo acontecendo em Dezembro quando da apanha da azeitona. ⁽²⁷⁾

As queixas dos professores quanto à falta de assiduidade repetem-se com regularidade confirmando a pressão dos pais no sentido de envolverem as crianças nas actividades produtivas. ⁽²⁸⁾

As referências a ocupações agrícolas constataram-se apenas nas localidades periféricas do distrito, claramente inseridas em zonas rurais, com um povoamento muito disperso. As referências encontradas respeitam apenas às escolas do sexo masculino, não se tendo encontrado referência directa ao envolvimento das crianças do sexo feminino nas actividades agrícolas sazonais.

A média de frequência no distrito de Évora, combinando a frequência rural com a frequência urbana, ronda os 70%. Considerando o diminuto número de escolas (1,2 escolas por 1.000 habitantes), a dispersão do povoamento e as distâncias em relação às escolas a frequência escolar revela valores apreciáveis. ⁽²⁹⁾

No caso das escolas de ensino primário situadas no perímetro urbano da cidade de Évora, emerge a noção de uma escola urbana ainda não perfeitamente institucionalizada junto dos pais. Estes não tinham ainda interiorizado a noção da importância da assiduidade para o sucesso das aprendizagens, pelo que as taxas de absentismo eram muito elevadas. Mais importante do que esta interiorização, poderá ter sido o facto do concelho de Évora ser vasto, e nem todas as crianças residirem no núcleo urbano principal, pelo que as condições geográficas seriam um factor de relevo na explicação do fenómeno observado.

Ao nível das escolas rurais a frequência feminina é em média superior à masculina. Junho e Dezembro revelam o reconhecido afastamento das crianças em relação à escola pelo motivo de "*ocupações agrícolas*".

Saliente-se no entanto que não se trata propriamente de um "despovoamento" da escola, já que o número de alunos com assiduidade regular, se situa em média acima dos 60%. ⁽³⁰⁾

Em síntese, o distrito de Évora, com as condicionantes próprias da rede escolar do Alentejo, com um número de escolas aquém da média nacional, uma geografia e condições climáticas menos favoráveis, apresentava obstáculos de vulto ao desenvolvimento da aprendizagem de primeiras letras nos moldes tradicionais.

A ajuda que as crianças podiam oferecer aos pais no desempenho de pequenas tarefas, ou o seu envolvimento nas campanhas agrícolas sazonais, terão condicionado o desenvolvimento regular do processo ensino/aprendizagem.

As características do meio são factores determinantes para a expansão da instrução. Furet e Ozouf consideram que, para a expansão da instrução num espaço de povoamento concentrado, *"la sociabilité y est plus facile, la communication entre les habitants meilleur, donc l'effet de contamination culturelle plus rapide"*. Como no Alentejo o tipo de povoamento disperso predominava, as condições de vulgarização cultural estavam à partida comprometidas e explicam, em parte, a postura da população rural face à instrução popular.⁶¹⁾

Salienta-se contudo, em alguns casos a preocupação das autoridades locais em adaptar as leis e as normas às condições específicas da grande planície alentejana - o caso por exemplo da adaptação de horários às características geográficas do Alentejo - numa tentativa de atenuar as difíceis condições que o meio apresentava permitindo assim a viabilização, em condições mínimas, da instrução popular.

6. Conclusão

A Região que mais elevado índice de analfabetismo apresenta no século XX faz radicar as origens das actuais discrepâncias, no século XIX. Quando o poder central, em particular a República, erigiu a alfabetização como uma das preocupações do desenvolvimento do país, herdou um atraso estrutural não só em relação aos países de Europa do Sul, como encontrou profundas diferenças regionais, em que se contrapõe um Norte em alfabetização a um Sul analfabeto. O poder central nunca elegeu, ao longo do século XIX e nas duas primeiras décadas do século XX, a redução das assimetrias regionais nas taxas de alfabetização, como prioridades na política educativa. O privilégio - sem o sucesso esperado - foi para a tentativa de melhorar os índices gerais de alfabetização do país.

Os poderes periféricos enquanto responsáveis no terreno pela organização da rede escolar e pela coordenação do esforço de alfabetização, raramente se organizaram de forma sólida no sentido de despertarem os poderes centrais para a importância do problema.

Por outro lado a contínua aposta no ensino formal, unificado programaticamente, sem atender às necessidades locais de formação, numa região com as características geográficas do Alentejo, não foi a opção mais adequada nem às necessidades do país nem às das regiões que o compõem.

Um ensino mais flexível, com um maior número de *escolas móveis* e de *agentes de ensino menos formais, leccionando programas diferenciados*, mais adaptados às circunstâncias da ruralidade dominante, talvez tivessem obtido o sucesso que o crescente - mas sempre insuficiente - número de escolas e de professores nunca logrou alcançar.

NOTAS:

(1) Sobre as taxas de alfabetização e a sua contextualização, tipos de sociedade e possibilidades de circulação cultural num contexto de geografia escolar, veja-se Rui Ramos, 1988, particularmente 1080-1088, 1100-1109 e anexos, 1115-1120, 1123-1134. Para as taxas de analfabetismo total e sua evolução, número de escolas, António Nóvoa, 1987, 351-352, para a segunda metade do século XIX. Para a primeira metade do século XX, 569-585. Para comparação com a Espanha, Clara Eugénia Nunez, 1992 e Clara Eugénia Nunez 1993.

(2) Um tratamento global a esta questão pode encontrar-se em D. António da Costa, 1885, que chamou a atenção para o papel de algumas Câmaras Municipais no desenvolvimento do ensino. Para um estudo desta implementação na Região Histórica do Alentejo veja-se Fernando Gameiro, 1995.

(3) Veja-se Mary Jean Bowman, 1973, 248- 271, Claude Fohlen, 1973, Clara - Eugénia Núñez, 1993, 87- 107, Jaime Reis, 1984, 7-28 Jaime Reis, 1988, 75-79 Jaime Reis, 1993b, 227-253, Jaime Reis, 1993a, 14-40, Rab Houston, 1983, 269-293

(4) Veja-se Maria Filomena Mônica, 1987, 854.

(5) Cf. Rui Ramos, 1993, 41-47. O autor vai mais longe defendendo a tese de que um ensino menos formal - sem uma aposta exclusiva do Estado no aumento do número de professores e de escolas - mais flexível e adaptado às necessidades práticas das populações poderia ter resultados mais significativos. Idem, *Ibidem*, 49-52

(6) Cf. Helder Fonseca, 1992, 13-15

(7) Cf. Joel Serrão, 1981,22. O autor não especifica a forma como encontrou este valor, no entanto António Nóvoa, 1987, vol 1,351, adianta a possibilidade de se tratar da percentagem de crianças de 6 a 15 anos não escolarizadas. A suposição de António Nóvoa, não é por sua vez explicitada, mas eventualmente constatou que os dados insertos na *Estatística da Instrução Primária de 1863 a 1864 - Plano das Tabelas Districtaes* - Lisboa, Imprensa Nacional. apenas permitem os cálculos referidos pelo autor mas das crianças entre os 7 e os 15 anos. pp 34-37

(8) Cf. António Nóvoa, 1987,vol I,352. Também Jaime Reis, 1993b,231. Nóvoa coloca algumas reservas à qualidade dos dados "(...) En effect, la récolte des données et les critères utilisés dans la définition du concept d'analphabète n'ont pas été uniformes dans les trois recensements, c'est pourquoi il faut analyser avec circonspection les taux mentionnés. En outre , le dénombrement des personnes qui savaient lire et/ou écrire était faire à partir des réponses données par les intéressés eux mêmes (...)" , p.352 . Nóvoa constatou igual preocupação em alguns autores da época nomeadamente Adolfo Coelho "Portugal" in F. Buisson (dir) - *Nouveau Dictionnaire de Pédagogie et d'instruction Primmaire*_dir de , Paris, Lib. Hachette et. Cie, 1911 pp. 1666-1672. Recentemente Rui Ramos,questionou novamente as comparações estatísticas, devido à total disparidade de critérios existentes para definir o alfabetizado. Considera este autor que o problema do analfabetismo só parece ter existido em função de comparações internacionais: na Escandinávia em 1880, 98% dos finlandeses sabiam ler enquanto só 21% dos portugueses possuíam a mesma aptidão. Contrariamente 17% dos portugueses declarava saber ler e também escrever, enquanto apenas 13% dos finlandeses estavam nessa situação. Á luz dos critérios da UNESCO, que considera a alfabetização como a capacidade de saber ler e escrever em geral. Se se adoptasse o critério da Unesco, Portugal teria vantagem. Cf. Rui Ramos,1993,42-46

(9) Cf. Jaime Reis, 1993a, 17

(10) Cf. Jaime Reis, 1993b,230.

(11) O Manuelinho d'Évora,221,14 de Abril de 1885

(12) O Manuelinho d'Évora, nº 217,17 de Março de 1885.

(13) Sobre os pressupostos teóricos desta tendência nacional e a discussão das opções da política educativa , ver Rui Ramos, 1993,41-52. Sobre a intervenção do

Estado nos sistemas educativos em perspectiva comparada veja-se António Barreto, 1995, 159-165.

(14) Cf. por ex. António Nóvoa,, 1987,345-349

(15) Cf. Rui Ramos, 1988, 1100

(16) António Nóvoa, 1987,365

(17) Cf. *Ensino Primário Oficial, anos lectivos de 1915-1916 a 1918-1919*. Ministério das Finanças, Direcção Geral de Estatística, Repartição Central, Lisboa, Imprensa Nacional, 1923 p47

(18) *Estatística da Instrução Primária de 1863 a 1864*, Lisboa, Imprensa Nacional, 236.

(19) Joaquim Ferreira Gomes,1985,(1853-1854),172

(20) Joaquim Ferreira Gomes 1985,(1854-1855),207

(21) Joaquim Ferreira Gomes 1985,(1854-1855), 207-208

(22) Joaquim Ferreira Gomes 1985,(1856-1857),246-247

(23) Joaquim Ferreira Gomes 1985,(1856-1857),247.

(24) Nos casos em que os pais declaravam que a criança recebia ensino em família, residia a distância em relação à escola superior a dois quilómetros e pobreza extrema dos pais Cf. *Leis de 2 de Maio de 1878 e 11 de Junho de 1880 sobre a Reforma da Instrução Primária e Regulamento e Providências para a execução das referidas leis*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1881 artº 5º p.5

(25) Joaquim Ferreira Gomes,1985,(1849-1859),106-107

(26) Silva Picão, 1983, 166

(27) A.D.E., N.G.C., Mç. 5 Concelho do Alandroal, freguesia de S. Pedro de Terena. 1880

(28) A.D.E. N.G.C., Mç. 5 1880

(29) Embora estes valores se refiram apenas aos alunos matriculados, e o valor dos dados coligidos pelos professores deva ser relativizado, até por motivos de manutenção do emprego, em períodos de grande azáfama agrícola a procura de mão de obra era geralmente superior à oferta. O recurso a mão de obra vinda de outras regiões do país está bem documentado. Cf. por ex. Ana Cardoso de Matos, 1982, 66 e 67. A procura de mão de obra no exterior ficava a dever-se ao facto dos proprietários e lavradores alentejanos procurarem tornear a subida dos salários nos períodos de maior azáfama, recorrendo no caso, o lavrador João Maria Cortez de Serpa a mão de obra algarvia em regime de empreitada. Cf. Silva Picaço, 1983, 226-227, que descreve os "ratinhos" das Beiras e o seu impacto na região de Elvas.

(30) Fernando Gameiro, 1993, 70-85 e 1995, 123-124

(31) François Furet e Jacques Ozouf, 1977, 184.

7. BIBLIOGRAFIA CITADA

BARRETO, António (1995) "Centralização e descentralização no sistema de ensino" in *Análise Social* vol XXX, 4ª série, 1º, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.

BOWMAN, Mary Jean et al (1973) - "Human Capital and Economic Modernization in Historical Perspective" in *Quatrième Conférence Internationale d'Histoire Economique* (Bloomington 1968), Paris, Mouton, 247-272.

COELHO, Adolfo "Portugal" (1911) in F. BUISSON (dir) - *Nouveau Dictionnaire de Pédagogie et d'Instruction Primaire*, Paris, Lib. Hachette.

COSTA D. António DA (1870) - *A Instrução Nacional*. Lisboa, Imprensa Nacional.

FOHLEN, Claude (1973) - "Instruction et Développement Économique en France au 19e. siècle" in *Quatrième Conférence Internationale d'Histoire Economique* (Bloomington 1968), Paris, Mouton, 273-4

FONSECA, Helder Adegar (1992) - *Economia e Atitudes Económicas no Alentejo Oitocentista*. Évora, Universidade de Évora, (diss. doutoramento).

FURET, François, e OZOUF, Jacques (1977) - *Lire et Écrire. L'alfabetization des français de calvin a jules ferry*. Paris, Les editions de minuit.

GAMEIRO, Fernando Luís (1993) - "O Analfabetismo no Alentejo 1860-1890: um estudo de caso" in *Colóquio Educação e Sociedade* (2), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 69-85.

GAMEIRO, Fernando Luís (1995) - *Ensino e Educação no Alentejo Oitocentista*. Lisboa, FCSH-UNL (diss. mestrado)

GOMES, Joaquim Ferreira (1985) - *Relatórios do Conselho Superior de Instrução Pública (1844-1859)*. Lisboa, I.N.I.C.

GRAFF, Harvey V. (1987) - "Gli studi di storia dell'Alfabetizzazione: verso la terza generazione" in *Quaderni Storici*, 64,XXII, n°1,203-222.

HOUSTON, Rab (1983) - "Literacy and Society in the West, 1500-1850" in *Social History*, vol 8,n°3,271-292.

MÓNICA , MARIA FILOMENA (1986) - *Artêsãos e Operários: indústria, capitalismo e classe operária em Portugal (1870-1914)*. Lisboa, ICS.

MÓNICA, Maria Filomena (1980) - "Ler e poder: debate sobre a educação popular nas primeiras décadas do século XX" in *Análise Social*, vol XVI(63), 3°. Lisboa, ICS, 499-518.

MÓNICA, Maria Filomena (1987) - "Capitalistas e Industriais (1870-1914)" in *Análise Social*, vol XXIII,5° Lisboa, ICS, 819-863.

NÓVOA, António (1987) - *Le temps des professeurs*.(2 vols) Lisboa, INIC.

NUÑES, Clara Eugénia (1993) - " Alfabetização e Crescimento Económico em Espanha, 1860-1977" in *Colóquio educação e sociedade*_(2), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 87-113

NUNEZ, Clara Eugénia (1992) - *La Fuente de la Riqueza: Educacion Y Desarrollo en la Espana Contemporanea*. Madrid, A.E.

RAMOS, Rui (1988) - "Culturas da Alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal: uma introdução à História da Alfabetização no Portugal contemporâneo." in *Análise Social*, vol. XXIV (103-104),Lisboa, ICS, 1067-1145.

RAMOS, Rui (1993) - "O Método dos Pobres: Educação Popular e Alfabetização em Portugal (séculos XIX e XX)" in **Colóquio Educação**, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1993, 42-67.

REIS, Jaime (1984) - "O Atraso Económico Português em Perspectiva Histórica" in **Análise Social**, XX, Lisboa, ICS, 7-28.

REIS, Jaime (1988) - "O Analfabetismo em Portugal no século XIX: Algumas reflexões em perspectiva comparada" in **Actas do 1º Encontro de História da Educação em Portugal**, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

REIS, Jaime (1993 a) - "O Analfabetismo em Portugal no século XIX: uma interpretação" in **Colóquio Educação e Sociedade** (2), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 14-40.

REIS, Jaime (1993 b) - *O atraso económico português 1850-1930*. Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.

SERRÃO, Joel (1981) - "Estrutura Social, ideologias e sistema de ensino" in **Sistema de Ensino em Portugal**, Coord. de M. SILVA e M. ISABEL TAMÉN, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 17-45.

8. LEGISLAÇÃO E ESTATÍSTICAS CITADAS.

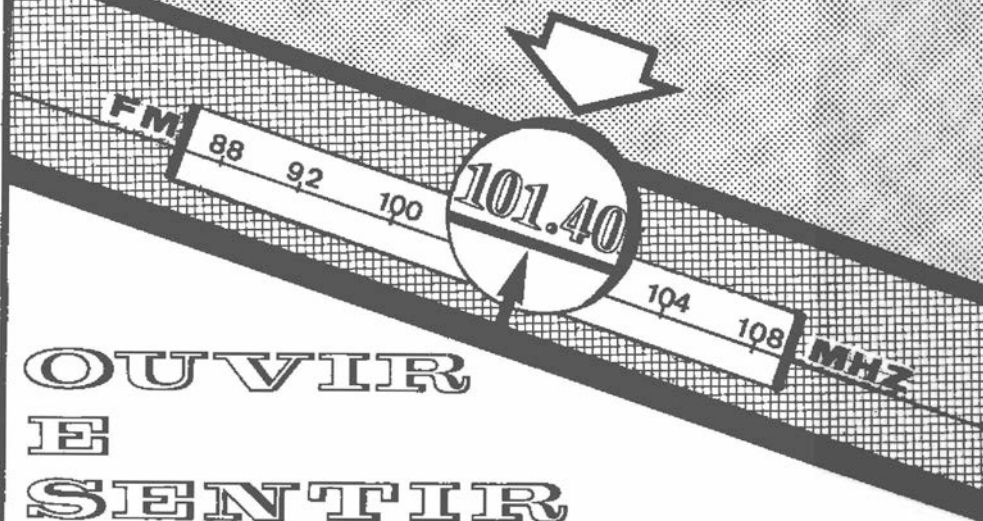
Ensino Primário Oficial, anos lectivos de 1915-1916 a 1918-1919. Ministério das Finanças, Direcção Geral de Estatística, Repartição Central, Lisboa, Imprensa Nacional, 1923.

Estatística da Instrução Primária de 1863 a 1864, Lisboa, Imprensa Nacional.

Leis de 2 de Maio de 1878 e 11 de Junho de 1880 sobre a Reforma da Instrução Primária e Regulamento e Providências para a execução das referidas leis. Lisboa, Imprensa Nacional, 1881.



RÁDIO PAX



**OUVIR
E
SENTIR**

ALENTEJO